SUS passa a registrar violência contra LGBT

Publicado em Saúde
23 de dezembro de 2013

Notícia publicada no Saúde Informa

Fichas de atendimento das unidades de saúde ganham campo para notificar ocorrências.

A partir de janeiro de 2014, o Ministério da Saúde pretende notificar, em todo o Sistema Único de Saúde (SUS), os casos de violência contra o público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Desde agosto de 2013, os estados de Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul já iniciaram um projeto piloto integrado ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que já registra casos de violações contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

A intenção é ampliar o registro dos casos para gerar informações que possam subsidiar políticas públicas de prevenção e combate à homofobia. Um relatório sobre violência homofóbica, divulgado no último mês de julho pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) aponta que, entre 2011 e 2012, as denúncias de agressões e crimes homofóbicos aumentaram de forma significativa no Brasil. Segundo os dados do levantamento, em 2012, o poder público recebeu 3.084 denúncias, o que corresponde a um crescimento de 166% em relação a 2011, quando foram registradas 1.159 reclamações. A avaliação da Secretaria é que os números refletem um maior reconhecimento da sociedade de que esse tipo de discriminação fere os direitos humanos e uma maior disposição para denunciar.

Com a implantação da medida, ao atender uma vítima de violência associada à homofobia, o profissional de saúde deve identificar na ficha de atendimento do SUS o nome social do paciente (se houver), sua identidade de gênero e orientação sexual. "Isso vai nos ajudar bastante para o próximo relatório, pois também teremos dados mais claros sobre mortes violentas. Muitas vezes, os profissionais de saúde não sabem ou têm receio de perguntar à família sobre questões relativas à sexualidade da vítima", afirma o coordenador-geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria, Gustavo Bernardes.

Violência psicológica e física

O relatório da SDH revelou que os jovens entre 15 e 29 anos são os mais vulneráveis às agressões. Essa faixa etária representa 61% dos casos e, entre as denúncias recebidas, a violência psicológica é a principal queixa, aparecendo em 83% das ocorrências. As vítimas são alvos de humilhações, hostilizações e ameaças, além de calúnia, injúria e difamação e, em grande parte dos relatos, os agressores são conhecidos.

Para o pesquisador do Núcleo de Saúde e Paz da Faculdade de Medicina da UFMG, Paulo Ceccarelli, a violência psicológica começa a partir do momento em que a pessoa descobre sua orientação sexual. “Qualquer sexualidade que fuja ao padrão heterossexual é discriminada. Desde o início, o indivíduo se sente inferiorizado, internaliza isso e, em muitos casos, se exclui. Esse problema recai na família, muitos pais humilham ou renegam o filho, e isso pode gerar consequências maiores, como a expulsão de casa ou até mesmo suicídios”, alerta.

O levantamento também mostrou que, depois da violência psicológica, a discriminação e as agressões físicas são as mais cometidas, com 74% e 33% dos casos, respectivamente. Para o coordenador-geral de Promoção dos Direitos LGBT, Gustavo Bernardes, a situação é ainda mais preocupante nas ocorrências que envolvem travestis e transexuais, já que eles estão mais expostos a violências de maior gravidade. “Esse grupo é mais suscetível, pois a questão da identidade de gênero está manifesta no próprio corpo. Fizemos uma campanha no início deste ano em parceria com o Ministério da Saúde para que elas denunciem até mesmo as violações mais leves, porque, geralmente, os xingamentos não são denunciados e isso pode evoluir para uma agressão física, chegando até a uma tentativa de assassinato”, diz.

O pesquisador Paulo Ceccarelli defende que a violência contra o público LBGT seja enfrentada também com mudanças na legislação. “A luta deve ser contra a discriminação. O preconceito existe, mas ele não pode servir de justificativa para alguém discriminar. Na França, por exemplo, o preconceito é o mesmo, a homofobia também é muito forte, mas lá, as leis são mais severas. No Brasil, estamos caminhando a passos lentos”.

Assessoria de Comunicação Social da Faculdade de Medicina da UFMG
jornalismo@medicina.ufmg.br

Share / Save

- Avalie esta notícia 1 voto(s)
- 93 visitas
- Imprimir
- Envie por e-mail
- Mande sua opinião

Busca

procura

« nov jan »

dezembro 2013

S	T	Q	Q	S	S	D
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22